



Os labirintos da memória, da história e da representação do sujeito feminino em El Dock, de Matilde Sánchez

*Los laberintos de la memoria, la historia y la representación del sujeto femenino en
El Dock, de Matilde Sánchez*

Raquel Holstein S. dos Santos

Universidade de Caxias do Sul – UCS – Caxias do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil



Resumo: A literatura de autoria feminina, na América Latina, a partir da segunda metade do século XX, fortaleceu-se, tendo em vista o início de um movimento de representação da mulher por meio do texto ficcional, partindo, em diversas obras, de fatos históricos conflituosos presentes em alguns países, entre os quais as problemáticas provenientes de regimes ditatoriais. Em tal contexto, por meio de uma abordagem interpretativa e analítica, conforme as contribuições dos Estudos Culturais de Gênero, do Pós-Colonialismo e da Regionalidade, busca-se, através da memória, desvelar um passado ainda presente, com foco na representação do sujeito feminino, redimensionando o discurso, através da obra *El Dock*, de Matilde Sánchez, de modo que a narradora transita entre o ontem e o hoje na tentativa de (re)organizar-se na condição de sujeito feminino.

Palavras-chave: Memória. História. Representação do sujeito feminino. Literatura latino-americana.

Resumen: La literatura de autoria feminina, en América Latina, a partir de la segunda mitad del siglo XX se fortaleció con miras al inicio de la representación de una mujer a través del texto de ficción, basado, en varias obras, de hechos históricos y de conflictos presentes en algunos países, incluyendo los temas de los regímenes dictatoriales. En este contexto, Por medio de un enfoque interpretativo y analítico, con los aportes de los Estudios Culturales de Género, Postcolonialismo y Regionalidad, se busca, a través de la memoria, revelar un pasado aún presente, centrándose en la representación del sujeto femenino, cambiando el tamaño del discurso, en *El Dock*, de Matilde Sánchez, que cuenta con un narrador que se mueve entre ayer y hoy en un intento de (re)organizarse como sujeto femenino.

Palabras-clave: Memoria. Historia. Representación del sujeto femenino. Literatura latino-americana.



A literatura de autoria feminina, no espaço latino-americano, firmou-se após a década de 1980, quando foi iniciado um movimento de representação da mulher através da ficção, tendo como ponto de partida, em boa parte das obras, os conflitos históricos inseridos na trajetória de determinadas nações, aliados a relatos memorialísticos organizados pela lembrança, no sentido de desvelar questões em aberto de um passado que ainda assombra o presente. Tal fato motivou uma guinada subjetiva nessa região, quando sujeitos marginais, ao longo do tempo, como as mulheres, demandaram novas exigências e a escuta sistemática dos discursos voltados para a memória. A cultura, nesse caso, foi redimensionada com base em múltiplos olhares cujo objetivo era a conquista de uma voz autônoma, o que oportunizou a conquista gradual de espaço em âmbito discursivo, de modo especial no campo da ficção. Nessa direção, o passado ressurgiu no presente quando menos se espera, sem possibilidade de controle, apropriando-se do instante atual e indicando que o esquecimento é uma ilusão, já que a lembrança pulsa no interior daqueles que vivenciaram os fatos.

Em um momento no qual o ser humano supervaloriza o passado, através de espetáculos, muitas vezes, construídos e sob forte apelo capitalista, o relato histórico passa por uma mudança de perspectiva que conta com as contribuições individuais, advindas da memória particular, com foco, em diversos casos, na reconstituição do registro factual. Em *El Dock*, a presença de uma narradora/protagonista não nomeada revela conflitos de ordem pessoal e coletiva velados em uma rotina torturante, pois, após a morte da amiga Poli em um confronto armado com o exército argentino, durante a ditadura, a narradora “adota” o filho desamparado e só, alterando sua trajetória de vida a partir desse momento, o que a desorganiza completamente. Através da memória, busca respostas para fatos pretéritos obscurecidos pelo tempo e silêncio.

À memória, então, cabe externar versões pessoais de acontecimentos que encontram sustentação na esfera pública, oferecendo amparo e certezas que a história oficial não consegue

proporcionar ao grupo social envolto nas sombras de um passado tortuoso por meio do testemunho, que passa a ser considerado como símbolo da verdade e, desse modo, fundamental para a reconstituição desse passado, após um período em que o regime ditatorial impossibilitou discussões e silenciou a sociedade. Sarlo (2007), reportando-se a Benjamin, acredita que o silêncio que se segue após o conflito impossibilita a presença da experiência em si e não só do relato, ambos diretamente conectados, revelando um desencanto típico da modernidade. Além disso, o relato, nessa época, seria inviável, pois os conflitos teriam rompido a organização da experiência e do discurso; porém, por outro viés reflexivo, o estudioso vê a memória como recurso possibilitador da reconstituição do passado.

Na verdade, a consciência do passado é uma necessidade humana, avalizada por histórias acerca de pessoas e fatos, comuns à história e à memória. No entanto, o tempo pretérito, nesse exercício consciente, coexiste com a força do presente, ao mesmo tempo em que é distinto dele, quer dizer, a lembrança é guiada pelo sujeito influenciado pelo agora, modificado pelas vivências, mas que precisa olhar para o ontem a fim de organizar-se no hoje. A passagem da vida, com suas respectivas transformações, promove, na protagonista/narradora, reflexões importantes, como no trecho em que afirma ser feliz, ao menos antes do ocorrido com Poli, sua amiga assassinada, e do problema de saúde que persiste sem respostas:

Lo era en la medida en que así percibía la realidad. Llevaba una vida tranquila e independiente. Al menos la tranquilidad y la independencia representaban las formas civilizadas de la felicidad. Me adentraba en la treintena con la certeza de que era más sabio no esperar grandes acontecimientos. No tenía que rendir cuentas a nadie. Podía realmente prescindir del mundo con solo desearlo, y tal deseo no era infrecuente. A estas alturas, había visto el aniquilamiento de buenas familias y la amistad había ido desintegrándose bajo dificultades menores de orden práctico. Nuestros ídolos juveniles habían perdido el pelo y ganado un abdómen, envejecían en el anonimato, en el alcohol o la mediocridad. (...) Desde ja que a largo plazo esto simplificaba la vida, pero nos convertía

em responsables, y digo esto sin la menor ironía (SÁNCHEZ, 2004, p. 31-32).

O fato de não ser possível o acesso pleno ao passado, não mais verificável objetivamente pelo ato de observar ou experimentar, gera incertezas quanto à veracidade do que é contado, mas o registro histórico e a lembrança remetem à possibilidade da existência de um tempo pretérito. Nesse momento, não há grandes preocupações em relação às certezas, pois, conforme H. H. Price, citado por Lowenthal (1998), o importante são as lembranças do momento, independentemente se são verdadeiras ou falsas, o que torna tangível a memória e a história por meio de detalhes e fragmentos do passado. Mesmo assim, a aproximação desse tempo inscrito no ontem não o trará integralmente ao presente, pois a lembrança registrada não possibilita o acesso ao que aconteceu de modo pleno, de forma que o passado presentificado constitui-se em um recorte do ontem, limitado pela presença do hoje, algo característico tanto da memória quanto da história.

Considerando-se que a memória humana é o acesso a uma notável narrativa, sendo útil na medida em que estabelece relações entre as lembranças e atribui significado às experiências, em *El Dock*, Matilde Sánchez utiliza-se de uma voz narrativa, não nomeada, que busca (re)estruturar-se na condição de sujeito ao se voltar para um passado centralizado na figura da amiga Poli, morta em confronto com o exército argentino, em um bairro de Buenos Aires, em plena ditadura. Há um recontar dos eventos pelo olhar individual, e a interferência pessoal do sujeito feminino, sob a dimensão subjetiva (individual) e objetiva (coletiva) do relato, promove uma tentativa de reconstrução do fato histórico através da memória que, com a restituição da confiança na primeira pessoa, revela a narração de uma “vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2007, p. 19) no presente.

Percebe-se, então, que o entendimento lógico do passado, uma utopia presente na construção do discurso oficial da história, é possível. Para Sarlo (2007), além de amenizar a complexidade da tarefa

de reconstituir determinado evento, considera-se a perspectiva de um sujeito, em sua subjetividade, que se utiliza do discurso da memória, transformando-o em testemunho da história. Dessa maneira, a narração da experiência une-se à presença real e efetiva do sujeito na cena pretérita, o que remete ao fato de que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*” (SARLO, 2007, p. 24-25 – grifos da autora).

A tentativa de compreender a si mesma, pela memória, revela uma mulher que busca, a partir do passado, reconstruir a lógica do fato ocorrido, de forma processual, e sua influência nas decisões de Poli, “perdida em la búsqueda insatisfactoria de sí misma” (SÁNCHEZ, 1993, p. 153). Nesse caso, a memória é convertida em recurso que institui a identidade, de acordo com Zinani (2010, p. 96), “uma vez que se estrutura nos elementos e nas práticas imediatas e aparentes que estão tanto na camada superficial ou aparente do cotidiano dos indivíduos quanto nas regiões mais profundas e ignotas, ambas influenciando na consciência de mundo de cada individualidade”.

A memória, segundo Sarlo (2007), constitui-se em uma visão particular sobre algo que possui relação direta com o coletivo. No entanto, Lowenthal (1998, p. 75) assevera que “dúbio devido à sua real ausência, inacessível embora intimamente conhecido, o caráter do passado depende de como – e de quanto – é conscientemente apreendido”, o que revela a complexidade de tal processo, por conta da subjetividade do discurso, o qual está ligado à representação de identidade do sujeito feminino, no caso de *El Dock*. Voltada à reflexão acerca de si mesma em prol de uma (re)elaboração individual que pode ser revertida à coletividade, através de uma possível (re)definição dos papéis sociais das personagens, a narradora pode ser visualizada como a própria nação argentina, que, pela apropriação do discurso literário, busca conquistar espaço e

encontrar uma referência identitária por meio da narrativa após um longo período de silêncio.

A memória, é verdade, constitui-se em uma visão particular sobre algo que possui relação direta com o coletivo. Nesse sentido, Ricoeur (2007, p. 130) afirma que “é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma”. Assim, deve-se considerar que a memória individual, ao contrário da coletiva, “faz o inventário caótico das coisas e é completamente amoral, enquanto a memória coletiva atende à construção de uma moralidade, a memória individual roça sempre o inexplicável: constrói o relato secreto de nossa vida, que em nada coincide com o relato oficial” (VIANNA, 2003, p. 147).

Em pensamento, é inevitável a identificação do sujeito com um ou outro grupo, tendo em vista que o ser humano é um ser social. Em tal direção, Halbwachs (2006, p. 30) assevera que:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Com isso, o estudioso entende que a estruturação da memória parte de diferentes pontos referenciais que permitem sua inserção na memória da coletividade da qual o indivíduo faz parte, como datas e personagens históricas, cuja importância é constantemente lembrada. Ao considerar a contribuição metodológica durkheimiana, Pollak (1989) entende que é possível visualizar nesses referenciais a fundamentação e o reforço do sentimento de pertença e das fronteiras culturais e sociais, diferenciando um grupo de outros, o que praticamente determina a institucionalização de uma memória coletiva, baseada na adesão dos sujeitos a tal “comunidade afetiva”, expressão utilizada por Halbwachs (2006), ou seja, inexistente uma memória

totalmente individual, mas ela é indispensável à existência do grupo.

De acordo com a tradição europeia oitocentista, “a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 3), posicionamento que permite conectar a trajetória da narradora com a da nação argentina em *El Dock*. Nesse caso, constata-se que a memória, segundo Lowenthal (1998), também transforma episódios públicos em vivências pessoais idiossincráticas.

Considerando o caráter problemático da memória, para que as memórias individuais sejam beneficiadas mutuamente umas pelas outras, é imprescindível que ocorra não só a seletividade, mas também um sistema de negociação entre elas, no sentido de estabelecer pontos de contato significativos. Isso para que a lembrança do outro, externada pelo testemunho, possa ser reconstituída em uma base comum. Na situação instável em que se encontra a narradora do romance, o retorno ao passado é impulsionado pelo retorno ao lugar no qual ela e Poli dividiram experiências em outra fase de suas vidas, constituindo-se em uma etapa importante para o relato memorialístico vir à tona, pois “como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele” (HALBWACHS, 2006, p. 33).

Atualmente, pela perspectiva construtivista, não basta entender os fatos como coisas, mas de que modo se transformam em coisas, como e através de quem adquirem estabilidade. Com isso, busca-se analisar os processos e impulsionadores que contribuem para constituir e formalizar as memórias. Nesse momento, para Pollak (1989), a partir da contribuição da história oral, o excluído e o marginalizado são privilegiados, ao se encontrarem em contraposição à memória oficializada historicamente por grupos, muitas vezes, minoritários, porém detentores da supremacia do discurso. Tal viés de estudos reabilita grupos periféricos, como é o caso

da mulher, acentuando o caráter destrutivo e opressivo da memória coletiva nacional, a qual unifica os relatos do grupo.

As memórias provenientes da marginalidade (silenciadas por longo tempo) surgem em momentos permeados por conflitos, gerando uma disputa entre essas memórias, o que revela a não continuidade/estabilidade de uma memória construída por quem deteve o poder durante certo período, além de promover uma reescrita da história, não mais voltada a uma idealização, sob vozes narrativas testemunhais diversificadas, como a feminina. Essa situação é visualizada no decorrer da narrativa, em que a narradora, apesar do medo e da insegurança, ilustrados, por exemplo, pelo fato de não citar, no decorrer do romance, seu próprio nome, toma posse da palavra e decide reescrever a história (pessoal e coletiva), com base na tentativa de compreensão da lógica dos acontecimentos, antes e após o conflito que provocou a morte de Poli, e a consequente revolução em sua vida, com a adoção inesperada de Leo.

Com a invasão do meio público, as memórias subterrâneas (proibidas e clandestinas) conquistam espaço de modo imprevisível, modificando não só o registro do discurso memorialístico, mas também acenando para a necessidade de associação entre uma mudança política profunda e uma revisão do passado, por meio de um exercício de (auto)crítica do sujeito. Esse novo cenário traz riscos, inevitavelmente, pois não há um controle possível sobre os efeitos que a revisão de um tempo pretérito, marcado por lembranças traumatizantes, pode causar.

Para Pollak (1989, p. 5), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Ocorre que a permanência do silêncio por longo período não pode ser explicada facilmente. Nessa direção, um aspecto a ser considerado no relato de experiências dolorosas é a presença de uma escuta, que decide ouvir e dividir vivências cujas feridas ainda estão abertas no presente, com a intenção de evitar o esquecimento.

Objetivando de clarear questões relacionadas ao ato de forjar um discurso cristalizado em máscaras decoradas pelo regime ditatorial e, conseqüentemente, pela sociedade, de um modo geral, os testemunhos surgem, fazendo referência a lembranças proibidas e mantidas sob as cercanias das memórias individuais silenciadas. Para tanto, no contexto argentino, a narrativa é utilizada como elemento importante para organizar e tornar públicas histórias individuais, a fim de (re)estruturar uma memória coletiva que, de fato, represente os sujeitos na diversidade de suas experiências.

A tarefa é desafiadora, já que a memória oficial possui credibilidade, segundo Pollak (1989). No entanto, constata-se que, em certos momentos, da coletividade emerge a necessidade de externar o não dito em favor de um processo voltado à representação de identidade, como no caso feminino, em que há uma reescrita da história através da memória de um sujeito marginalizado duplamente ao longo do tempo na sociedade. Há um processo de exclusão em favor de uma verdade coletiva, o que pode ser revisto, na medida em que a memória coletiva deverá ser (re)construída através da complementaridade das memórias individuais.

Entre as principais funções da memória grupal, pode-se citar a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras do que há em comum no coletivo, como o território. Ressalta-se, porém, que o “enquadramento” (ROUSSO apud POLLAK, 1989, p. 9) dessa memória tem limitações, visto que não é construída de maneira arbitrária e deve ter uma justificativa. A memória enquadrada depende da contribuição do registro histórico, com o objetivo de reinterpretar o passado a partir das problemáticas do presente (e do futuro).

Um fator importante refere-se à escolha das testemunhas autorizadas a falar, já que devem despertar confiabilidade. No caso de *El Dock*, Sánchez utiliza uma voz narrativa que, além de experienciar o período da ditadura militar voltado ao controle, por vezes, violento, e ao silêncio, vive um momento turbulento também em seu percurso pessoal ao reformular (ou pelo menos ao tentar) a

representação que tem de si mesma como sujeito feminino que, inesperadamente, precisa se reorganizar na condição de mãe, pois passa a ser o referencial de um adolescente. Nessa direção, “o passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida” (POLLAK, 1989, p. 11).

A partir de tais considerações, visualiza-se, no processo de autorrepresentação da narradora, um caminho inverso, de certo modo, ao período da ditadura na Argentina. Enquanto as Mães e Avós da Praça de Maio, em Buenos Aires, consideram suas memórias individuais para reivindicar o estatuto da verdade acerca da versão oficial sobre o desaparecimento de seus filhos e netos, a narradora também parte de sua memória individual a fim de (re)estruturar-se, mas com base na presença de um “filho” inesperado. Assim, a memória coletiva acerca do próprio sujeito feminino é revista pela ausência, no primeiro caso, e pela presença, no segundo. De qualquer modo, há, em um contexto marcado por conflitos de ordem individual e coletiva, a necessidade de não deixar fatos significativos relegados ao esquecimento, como poderia interessar àqueles que detêm o poder, o que é constatado pela protagonista uns dias após a batalha que resultou em diversos mortos, entre os quais Poli: “me quede un momento más frente al televisor mirando a la presentadora que entregaba premios y billetes a gente ávida que en pocos días había dejado atrás el episodio del Dock” (SÁNCHEZ, 2004, p. 54).

Há uma problematização em relação ao papel da mulher em âmbito pessoal e coletivo, ou seja, quanto a sua participação/contribuição como mãe e cidadã e como esses papéis podem ser reelaborados pela voz narrativa e pela sociedade. Nesse sentido, conforme Pollak (1989, p. 13), “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”.

Quando o sujeito não acredita em possibilidades de compreensão, opta pelo silêncio (que não é sinônimo de esquecimento), na tentativa de manter o diálogo com o meio ambiente. Não é o

que ocorre com a protagonista do romance, que sai de Buenos Aires e permanece em Solís, no Uruguai, buscando um distanciamento necessário para a devida reelaboração dos fatos dentro de si. Assim, durante o tempo em que relata suas experiências e tentativas de entendimento destas, percebe-se seu trânsito em um processo de reelaboração identitária do sujeito feminino não acomodado ao meio social do qual faz parte. Para tanto, faz-se necessária a ruptura com o passado e com as representações de gênero, sempre, segundo Lowental (1988), procurando acomodar as lembranças às exigências do presente.

Tendo em vista que os relatos, de acordo com Certeau (1994), têm a função de atravessar e organizar lugares, algo que os seleciona e os reúne em um único conjunto, permitindo a criação de percursos de espaço (baseados em discursos e trajetos), é possível pensar que esses relatos consistem em transportes coletivos, quer dizer, metáforas dos caminhos percorridos em busca de respostas para os vazios do sujeito. A narradora de *El Dock* utiliza o relato memorialístico como ponto de partida, no contexto da ditadura na Argentina, para a representação das personagens do romance, por meio das lembranças do passado e de suas respectivas reelaborações, no presente, pela protagonista.

Nesse sentido, Rosenzvaig (2004) afirma que a obra é uma tentativa de construção da memória pela narradora, promovendo um fato novo por meio do desvelamento de um passado. Esse processo, na visão do crítico argentino, permite um olhar reflexivo sobre o tempo pretérito, na tentativa de constituição da trajetória de Poli, e tal reconstrução da memória possibilita a cura da protagonista (que sofre de uma doença não identificada) por meio da solidariedade, ao adotar o filho de Poli.

Como um reflexo, a sociedade, também doente, obtém a cura, assim como a detentora do discurso, que vê Poli em uma busca insatisfatória de si mesma. A memória, então, torna-se um recurso que institui a identidade, retirando a narradora do papel de vítima, já que, segundo Zinani (2010), apresenta-se estruturada junto aos elementos e às

práticas imediatas e aparentes localizadas no plano superficial e profundo do cotidiano dos indivíduos, de modo que ambos influenciam a “consciência de mundo de cada individualidade” (p. 96). Tal evidência denota a importância dos dados fornecidos pela memória, baseada na coerência dos discursos.

Referências

CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: _____. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria17.pdf>>. Acesso em 10 set 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em 30 mar 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSENZVAIG, Marcos. Niebla de diez años: historia de exilios y de soledades. Disponível em: <<http://www.marcosrosenzvaig.com.ar>>. Acesso em 10 jan 2011.

SÁNCHEZ, Matilde. *El Dock*. Buenos Aires: Seix Barral, 2004.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VIANNA, Lúcia Helena. Poética feminista – poética da memória. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2003. p. 147-155.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *História da literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul: Educs, 2010.